

Como definir a sociedade da informação?

Artur Castro Neves

arturcastroneves@sapo.pt

Autor do livro Políticas Públicas e Reformas na Sociedade da Informação (2006) e responsável da cadeira de Economia do Audiovisual no Curso de Cinema da Universidade Moderna

Resumo: O autor, após vários anos de reflexão sobre a natureza da sociedade contemporânea, confronta-se com a dificuldade de identificar os elementos estruturais do que é comum designar por sociedade da informação. Depois de adoptar o conceito marxista de *modo de produção* como instrumento de exploração heurística da sociedade contemporânea, aproxima-se da conclusão que a sociedade da informação leva ao paroxismo os fins da acumulação de capital e de exploração do trabalho da sociedade industrial capitalista mas, por outro lado, reconhece que aquela supera as antigas divisões de classe por via de uma nova determinação política em que o papel do Estado e os efeitos das políticas públicas são factores de produção social.

Estas constatações conduzem o autor a uma revisita do conceito de *totalitarismo*, entendido como uma sobreposição do mercado político ao mercado económico.

Palavras-chave: sociedade de informação, capitalismo, modo de produção, totalitarismo

1. INTRODUÇÃO

É curioso que esta súbita interrogação resulte de uma reflexão de mais de uma década sobre a natureza da sociedade contemporânea. Mas também é compreensível que a nossa experiência tenha revelado algumas dificuldades e insuficiências teóricas.

Com efeito, ao pretender atribuir-se à expressão sociedade da informação o valor de um 'conceito' é natural que procuremos construir um objecto que acaba por representar um conjunto de realidades com histórias diferentes, origens diferentes e, mesmo, imagens de si próprias diferentes, e que esse objecto resista a deixar-se identificar, ou então que surjam outros candidatos. Esta diversidade histórica e social tende a poluir o modelo e impor factores que são mais exógenos do que propriamente estruturais.

A dificuldade não é aliás nova. Foi o caso, eloquente a todos os títulos, da expressão 'sociedade capitalista', em relação à qual é difícil caracterizar o 'conceito' sem fazer referência a uma diversidade de factores de contexto.

Se, na sua essência, uma sociedade capitalista é dominada por uma economia em que a propriedade do capital, por oposição – e separação – , à propriedade do trabalho, é o factor «mágico» do seu funcionamento, temos, logo em seguida, que ter em conta uma série incomensurável de especificações. Primeiro, o capital iniciador da actividade económica pode ser de origem comercial, industrial, bancária, ou uma mistura destes, sem esquecer a rapina, o capital agrário, e os regimes de utilização de trabalho escravo, desde a economia açucareira a partir do século XVII à Sibéria de Estaline. Segundo, o desenvolvimento do capitalismo estando originariamente correlacionado com o aparecimento do proletariado, apresenta configurações que dependem dos mais diversos factores: luta de classes, esclarecimento das elites, cultura das populações, contexto internacional, modos e ritmos de acumulação, difusão da tecnologia, demografia...

Assim, a pureza sociológica do conceito de capitalismo é desde logo infectada pela presença de outros conceitos alheios.

Não é por acaso que um dos trabalhos mais árduos da história das ideias é a classificação dos diversos padrões interpretativos da função capitalista. Por vezes é um trabalho insano e de utilidade não garantida. É assim natural que, com o aparecimento de uma nova realidade socio-económica – que estamos a designar por sociedade da informação – a mesma dificuldade re-apareça.

2. DEFINIR A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

Para definir a sociedade da informação precisamos abstrair as configurações particulares (por exemplo, o papel do capital de risco nos EUA ou a desmonopolização da utilização do espectro radioelétrico na Europa) e concentrarmo-nos nos elementos estruturais da economia digital.

O que nos parece mais difícil na designação de sociedade da informação é, por um lado, distinguir entre sociedade da informação e economia digital¹ e, por outro lado, escolher o elemento decisivo que permite identificar uma sociedade da informação.

2.1. SOCIEDADE E ECONOMIA, UMA REDUNDÂNCIA?

Se uma sociedade é um sistema e um conjunto de instituições que ultrapassam o âmbito das actividades produtivas e comerciais, é um facto que as actividades económicas implicam comportamentos sociais, tipos de conduta, processos de produção e troca, que condicionam, e sobre-determinam, a organização social no seu conjunto.

Este papel da economia na formatação das sociedades não é apenas uma afirmação de cariz marxista. Muito antes de Karl Marx, Adam Smith

(1) *Ou nova economia, economia do conhecimento, da convergência...* Hoje existe uma tentação forte para entrar em querelas de natureza semântica, à medida que se vão descobrindo, e isolando, algumas componentes do objecto 'sociedade da informação': auto-estradas da informação, sociedade da informação, sociedade do conhecimento, sociedade digital, sociedade em rede...

Cada um de nós tem uma preferência e uma aversão: auto-estradas da informação privilegia a infra-estrutura, sociedade da informação privilegia a matéria-prima, sociedade digital a electrónica, etc. Estas definições evoluem ao sabor das 'descobertas sociológicas do que está a acontecer'.

A nossa opção por sociedade da informação é de natureza idiomática e geracional. Fomos alertados, pelo Livro Branco de Jacques Delors, de que as auto-estradas da informação escamoteavam o modelo social e o modelo político subjacente à informatização em curso das actividades sociais e económicas dos anos 80, e tememos que as expressões subsequentes tenham um grau de transitoriedade tal que torne muito volátil uma escolha nova que pode sempre ser ultrapassada por uma invenção ou a descoberta de um novo desenvolvimento dos contextos presentes.

Depois da descoberta da informação digital, isto é, traduzida em linguagem binária, descobriu-se a riqueza do conhecimento produzido a partir da informação e da experiência, depois detectou-se o papel dos sistemas decisórios, e agora a riqueza da inteligência competitiva, e não está excluído que em breve se descubra que o 'mundo não é plano' e seja preciso voltar a uma concepção antropológica da gestão informacional.

afirmava que o bem público se obtinha dando liberdade, e facilidades, aos indivíduos movidos pela ganância e pelo lucro.¹

Este reconhecimento do papel do contexto social no funcionamento da economia tem conduzido a ciência económica a desenvolver no seu seio disciplinas como a economia normativa, a economia das convenções, a economia institucional, a economia dos mercados imperfeitos, que tornam a aceção marxista menos ideológica e mais construtiva.²

Servem estas considerações para explicar o mal-estar que sentimos com as nossas anteriores definições, que passamos a transcrever, sem que esforços posteriores permitissem aperfeiçoar o seu aspecto demasiado descritivo.

«Por sociedade da informação referimo-nos a uma sociedade em que as principais actividades estão integradas pelas novas tecnologias da informação e comunicação e a informação circula em redes electrónicas. As actividades sociais organizam-se em formatos onde convergem organização, acção e comunicação, ditos 'modelos de negócio', funcionando sobre plataformas tecnológicas.

Por nova economia entendemos a integração das tecnologias da informação e comunicação nas actividades económicas, condicionando todos os seus aspectos desde os sistemas de decisão, engenharia fabril e logística, até à própria organização do «físico». A nova economia torna central a actividade de inovação – processos e produtos –, porquanto toda a decisão passa a depender do sistema de gestão de conhecimentos proporcionado pelo controlo electrónico abrangente das actividades económicas.» [Castro Neves, 2003]

As duas definições apresentam redundâncias que não conseguimos superar.³

(1) Esta concepção de Adam Smith radicava numa tradição pessimista que já tinha um grande arauto na área da política com Nicholas Maquiavel e as suas teorias da conquista e conservação do poder.

(2) Quando John Maynard Keynes explicou em 1936 que, devido ao facto das antecipações dos empresários não dependerem exclusivamente de factores económicos, a poupança não equiparava o investimento, destruindo assim todo o edifício da economia liberal, não fez outra coisa senão referir as *condições gerais de produção*, a que nos referiremos mais adiante (ver nota 4). A sua análise é por definição pós-marxista.

(3) Neste caso também a referência à sociedade capitalista é útil. João Bernardo [1975], um dos mais brilhantes analistas de Karl Marx utiliza o conceito de «condições gerais de produção» como factor determinante do funcionamento da economia, nomeadamente a produção de valor. Trata-se de uma interpretação *historicista* original porquanto aquelas «condições» condicionam a luta de classes, incluindo os níveis de exploração e as formas de redistribuição do valor produzido.

2.2. QUAL O DENOMINADOR COMUM ESTRUTURAL?

Quanto à identificação do elemento central da presença da sociedade da informação, ou da emergência de uma sociedade da informação, a nossa hesitação é ainda maior.

Existe desde logo uma grande possibilidade de escolha: dos elementos mais simples – informação, linguagem binária, computadores –, aos mais complexos – convergência dos sectores industriais com sistemas de comunicação electrónica, integração de sistemas electrónicos nos processos e nos produtos, etc.

Por outro lado, existem circunstâncias histórico-económicas que se confundem com os ambientes técnico-económicos: por exemplo, liberalização do comércio internacional, desindustrialização dos Estados, aceleração das trocas pelo comércio electrónico.

Difícilmente podemos dizer que um qualquer destes elementos pode ser considerado um componente central, único, necessário do conceito de sociedade da informação.

3. PARADIGMA OU PARÂMETROS EXTERNOS?

Quando, em Outubro de 2002, nos encontros anuais organizados pela APDSI no Convento da Arrábida, apresentamos uma comunicação sobre o futuro da sociedade da informação centrada no enquadramento político internacional, na altura muito condicionado pelas reacções securitárias da nova Administração norte-americana ao atentado contra as Twin Towers.

É natural que o maior controlo dos movimentos migratórios e transfronteiriços, o reaparecimento de gigantescos cadernos de encomendas para as indústrias de defesa, a organização da informação e da investigação na luta contra o branqueamento de capitais, as tensões civis num mundo cada vez mais inseguro (ou ressentido como tal), compõem um ambiente que não corresponde à imagem pacificada e pós-guerra fria da sociedade contemporânea que a Administração Clinton/Al Gore nos anunciara e que foi tão ‘epinalmente’ descrita pelo professor Richard Rosecrance no seu *Virtual State!* [1999], [2002]

Atribuímos, nessa altura, grande importância ao enquadramento político-económico: mundialização dos mercados de capitais, concorrendo com os estados na captação das poupanças nacionais; liberalização do comércio internacional, agravando a concorrência entre os agentes económicos e mesmo entre as nações; papel crescente dos consumidores como contrapeso à concentração empresarial e à proliferação de «mer-

cados imperfeitos» (monopólios, oligopólios), aparecimento de agentes ubíquos para quem o mercado doméstico tem a dimensão do planeta...

Esta importância atribuída a elementos exógenos revelava uma aversão a definir a sociedade da informação através da tecnologia que é o seu elemento mais evidente. Só que a importância dada ao contexto da época conduziu-nos a uma apreciação pessimista do desenvolvimento da sociedade da informação, o que revelou um preconceito sobre o modelo pressuposto, afastando-nos de uma análise mais centrada em elementos estruturais e menos na sua capacidade de reacção adaptativa às modificações de contexto.

Entretanto, através de um processo experiencial e de aprendizagem a que toda a análise se deve submeter, fomos descobrindo dois fenómenos não-tecnológicos mas intimamente ligados à tecnologia.

O primeiro foi a generalização do comércio virtual com a banalização da Internet. O comércio electrónico é um fenómeno com enormes consequências socio-económicas, na dimensão dos mercados que abrange, na modificação da natureza das trocas, na generalização do dinheiro electrónico e, muito interessante, no aparecimento de mercados transnacionais de cariz linguístico.

O segundo fenómeno foi a descoberta que a nova economia não se desenvolve tanto com a introdução das tecnologias da informação e comunicação, como com a reorganização das relações industriais e de trabalho no interior das unidades económicas e instituições que as adoptam,¹ gerando uma indústria de serviços de tipo novo.²

Com efeito, verifica-se que o novo tipo de agente industrial baseia os seus aumentos de produtividade não tanto com a introdução das tecnologias da informação e comunicação (condição necessária), mas sobretudo com a introdução de vários tipos de inovação organizacional:

— a decisão resulta da um processo de canalização da informação de fora para dentro e de baixo para cima, onde a evolução dos

(1) O terceiro encontro da APDSI no Convento da Arrábida abordou esta problemática, embora a «consciência possível» da sociologia dominante tenha tido dificuldade em aceitar a mudança de paradigma que representa a separação entre as relações laborais como factor do capital humano, e as relações do mercado de trabalho, assentes na relação salarial.

(2) A expressão corrente nos *power point* dos executivos de *marketing* «transformar produtos em serviços», corresponde a esta novidade. Gostaria aqui de relembrar frutuosas discussões com o Professor João Confraria sobre o significado de uma 'indústria de serviços'. Relembro-me em particular que uma dessas discussões evocava a possibilidade de os EUA, após a desindustrialização da era Reagan, voltaram a ser uma grande economia industrial no século XXI!

mercados e a situação da indústria são a principais fontes (como suporte à gestão do cliente e estratégias competitivas);

- a obtenção de fluxos ascendentes e centrípetos de informação baseia-se em incentivos (como suporte à inovação);
- a operação passa a ser uma variável dependente da decisão e inseparável da formação dos agentes e da reengenharia de processos;
- em contrapartida desaparece a separação orgânica entre comunicação interna (operacional) e externa (comercial, institucional), passando a haver uma estrutura comunicacional integrada numa *datawarehouse* com vários terminais especializados e direccionados a funcionalidades distintas (que podem ser decisórias, logísticas, suporte de formação, comunicacionais, comerciais, de reporte, etc.).

Uma tal estrutura organizacional só é conseguida com redes de comunicações electrónicas a nível intersectorial, operacional e institucional, quer como sistema nervoso interno, quer como sistema de relacionamento comercial.¹

Estes dois factores «extra-tecnológicos» abrem pistas muito interessantes para explorar algumas definições de base endógena da sociedade da informação evitando o determinismo tecnológico.

Foi a partir desta descoberta que chegamos à problemática das «reformas» como necessidade instrumental de viabilização dos investimentos tecnológicos.

As políticas de promoção e desenvolvimento da sociedade da informação surgiram como desafios às rotinas administrativas, educacionais, cívicas, pondo em causa o conjunto de valores que até então alicerçavam a sociedade. As administrações deveriam questionar o princípio das carreiras profissionais e de ordenação hierárquica; o sistema educativo deveria introduzir uma nova componente ao conceito de literacia (a literacia electrónica), deveria cortar a dependência do acesso ao saber do poder pedagógico; as políticas públicas deveriam adaptar-se a um sistema de avaliação independente da legitimidade da decisão democrática; os sistemas de escolhas públicas deveriam substituir os recrutamentos por confiança política pelo princípio da meritocracia.

(¹) A logística física não desaparece devido à insubstituabilidade de certos tipos de negócios – entregar num apartamento uma *pizza* comprada pelo telefone ou Internet – mas a sua arquitectura fica totalmente dependente da organização virtual do negócio!

Ora a reforma destes valores não é sem afectar fortemente alguns princípios da democracia representativa e da legitimação democrática, ou pelo menos os que a sua prática induz como tais.

É aliás apaixonante analisar comparativamente, as políticas mais bem sucedidas e as menos bem sucedidas, tentando deduzir as raízes políticas daqueles sucessos e insucessos.

Chegamos assim a uma aproximação da definição de sociedade da informação, em primeiro lugar por via da consideração das transformações sociais, económicas e comerciais induzidas pelo aparecimento de uma rede mundial de serviços de comunicações electrónicas e, em segundo lugar, por via da consideração prioritária atribuída à organização das relações capitalistas, industriais e laborais, nas novas indústrias de serviços.

A dificuldade da definição da sociedade da informação parece assim residir em grande parte na metodologia de abordagem. A teoria parte obrigatoriamente da análise de uma situação histórica¹ em que, à medida das induções mais ou menos corajosas e mais ou menos felizes, o modelo descritivo ganha um grau de abstracção que permite detectar ou imaginar outras situações similares, tornando-se assim num modelo interpretativo ou de resolução de problemas. Existe, naturalmente, um óptimo de eficiência no nível da indução, e este óptimo muitas vezes, sobretudo nos períodos de transição, fica aquém do que é comum considerar como um modelo teórico.

Gostaria agora de abordar um caso que é a concepção marxista de *modo de produção*.

O conceito marxista de *modo de produção* é um instrumento muito útil e um belo exemplo desse modelo de resolução de problemas.

Para Karl Marx o modo de produção permitia distinguir o capitalismo, ou o modo de produção capitalista, de todos os regimes anteriores. Nessa medida Marx anunciava o paradigma da natureza modernista da sociedade industrial que estava a ser consagrado nos trabalhos de Ferdinand Tönnies (*comunidade-associação*), Max Weber (*sociedade-economia*), Émile Durkheim (*solidariedade orgânica-solidariedade mecânica*) e, mais recentemente, Karl Polany (*economia integrada na sociedade-economia desintegrada na sociedade*).

Para Marx o modo de produção capitalista representava uma ruptura histórica com todos os modos de produção anteriores pela maneira como o trabalho se encontrava separado do capital. Só em seguida o conceito

(1) Que no fundo se desdobra em duas: a do objecto e a do investigador.

permitia distinguir diversos modos de produção históricos, antes, à medida da e depois do fenómeno da proletarização.

Todas as discussões supervenientes – entre marxistas e anti-marxistas¹ – assumiram sempre o carácter patético de verificar se as classes sociais dos diversos estádios de desenvolvimento capitalista correspondiam à teoria de Marx.

Ora o que me parece mais interessante nesta teoria é precisamente esta capacidade de interpretar classificatoriamente vários estádios de desenvolvimento e diferentes regimes económico-sociais

Convém acrescentar que a utilização por Marx do conceito não é inequívoca. A leitura de *Das Kapital* permite-nos de pelo menos distinguir dois significados que designaríamos por *modo-social-de produção* e *maneira-tecnológica-de produzir*. Nesta última acepção existe um condicionamento tecnológico dos processos industriais e da organização operacional da produção. Na primeira acepção o modo de produção significa o condicionamento da actividade produtiva por factores sociais de produção (nomeadamente as diferentes condições de acesso ao capital e ao trabalho).

Podemos agora melhor explorar as características da sociedade da informação através do crivo do conceito marxista de modo de produção na sua primeira acepção.

4. SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, UMA NOVIDADE SOCIAL?

Será que o modo de produção é um conceito que permite distinguir a sociedade da informação de outros modos de produção capitalistas? E em que grau? Será a sociedade da informação mais um modo de produção capitalista ou um novo modo de produção pós-capitalista? Será que numa sociedade pós capitalista o modelo de modo de produção ainda é útil para explicar o seu funcionamento?

Existe uma intuição de Marx e que se prolongou até Joseph Schumpeter [1954] sobre a *inevitabilidade do socialismo*. A intuição de Marx con-

(1) Reafirmo aqui mais uma vez que estas discussões são muito dolorosas no plano teórico porquanto uma triste característica recorrente dos seus protagonistas foi a de, com raras excepções, enviesarem os seus argumentos, por justos e correctos que fossem, em virtude da sua repugnância ou da sua sedução ou tolerância ao regime soviético. Em 1977 fiz uma tentativa de desconstrução da análise da União Soviética editando uma antologia intitulada *A Natureza da URSS* (Porto, Afrontamento, 1977).

duziu a uma visão profética de cariz político, enquanto para Schumpeter a concentração económica iria gerar uma economia oligopolista.

Não penso, apesar de tudo, que a análise teleológica do capitalismo nos ajude a definir o que actualmente é a sociedade da informação. Mas, por outro lado, o conceito de modo de produção capitalista pode ser de alguma utilidade. Não só para a distinguir deste, mas também para encontrar alguns traços comuns. Vejamos!

A primeira ideia que extraímos da análise da sociedade contemporânea é que já não é uma sociedade de «burgueses e proletários», nem sequer de «patrões e trabalhadores».

A segunda ideia é que persiste uma distinção entre capital e trabalho, sem que no entanto essa distinção induza uma diferenciação estrutural entre classes proprietárias e classes assalariadas. Cada vez mais os rendimentos das famílias se dividem em rendimentos do trabalho e da poupança (capital) e cada vez mais os rendimentos do trabalho estão indexados à acumulação de capital do conhecimento (capital humano).

A terceira ideia é o facto de se verificar na sociedade contemporânea um crescimento concomitante da acumulação capitalista e da exploração do trabalho, mesmo bastante superiores aos do capitalismo industrial, ao mesmo tempo que assistimos a uma dissociação crescente das estratificações sociais das *funcionalidades capitalistas* e das *funcionalidades laborais*. A estratificação apresenta-se cada vez mais como determinada pelas formas de organização do Estado e o efeito das políticas públicas.

A quarta ideia, e talvez a mais importante, porque uma novidade social e histórica, é a capacidade política das sociedades contemporâneas em «produzir social».

Até agora todas as interpretações da história económica moderna têm-se baseado num ponto de vista técnico-económico da evolução social. Em todas aquelas interpretações as máquinas e os mercados são o motor da história. Todas elas são uma versão da luta de classes entre a burguesia e o proletariado seja qual for a classe que seja defendida ou seja considerada o motor ou o travão da história.

Ao mesmo tempo essas concepções contêm uma visão optimista do crescimento social, baseado no desenvolvimento das forças produtivas e do PIB.

Ora, o que me parece hoje é que existe uma outra tendência marcante na sociedade contemporânea que é a capacidade de produzir social, como determinação da ordem e das práticas económicas.

O papel organizador do Estado é cada vez mais evidente e hoje são mais os grupos sociais que derivam das políticas públicas do que a economia a determinar a organização da sociedade.

Diria, talvez um pouco brutalmente, que a sociedade contemporânea se aparenta mais com o conceito de *totalitarismo* do que com as sociedades liberais e mesmo sociedades autoritárias assentes em partidos únicos. Por sua vez este *totalitarismo* da sociedade contemporânea tem mais a ver com as tendências da «sociedade do consumo» dos anos 60, tais como descritas por Herbert Marcuse [1964], Paul Goodman [1960] ou Erich Fromm, do que com o «despotismo soviético» ou o despotismo de muitas ditaduras do terceiro mundo.

Por sua vez, e diferentemente do chamado totalitarismo nazi, a sociedade contemporânea tem grande mobilidade, produz, condiciona, modifica e acrescenta social à sociedade civil, em vez de eliminar a dialéctica entre esta e o Estado, ou melhor, os órgãos do Estado.¹

Também não me refiro à imagem do *big brother*, que as democracias liberais nos têm bastamente habituado e servido.

A sociedade totalitária não é necessariamente uma sociedade policial, pelo menos mais policial do que a que já conhecemos e nos é pedido diariamente na televisão para aceitarmos como prémio político-civilizacional de seguro contra o terrorismo internacional.

Resta agora verificar se pode existir alguma correspondência entre este modelo de sociedade produtora do real social e os modelos de sociedade da informação, por um lado, e se a sociedade da informação ainda se enquadra no conceito de modo produção capitalista, por outro lado.

Em resposta ao primeiro ponto podemos dizer que a sociedade totalitária é uma sociedade em que as decisões construtivas da realidade social, económica e tecnológica, são tomadas através de processos a nível de instâncias políticas, interrelacionadas com a organização institucional dos interesses (de que os oligopólios e as centrais sindicais são exemplos extremos).²

Numa sociedade totalitária contemporânea não deixa de existir uma inércia técnico-económica, mas o processo decisório sobrepõe-se a essa inércia através de sistemas de gestão do conhecimento, organizado pelas

(1) Além do citado Herbert Marcuse [1964], a melhor concepção do totalitarismo que conheço são os escritos de Claude Lefort dos anos 60 a 80, nomeadamente [Lefort 1971].

(2) Note-se que não estamos perante uma sociedade corporativa, onde o Estado organiza esses interesses, orquestra-os mesmo: sobrepõe-se mas não os cria.

tecnologias da informação e comunicação, em modalidades muito diferentes das arquitecturas anteriores.

Esta sociedade totalitária, produtora de social, existe num mundo dividido, incita à concorrência entre nações¹ e, sobretudo, é uma sociedade aberta, ou seja, aceita a mobilidade e a transacção.

É este o sentido que daria à expressão sociedade da informação como conceito diferenciado da sociedade capitalista, liberal, neo ou pós-liberal.

Em resposta ao segundo ponto a sociedade da informação mantém ainda uma condição essencial da sociedade capitalista: a separação funcional da acumulação capitalista e do trabalho explorado. No entanto esta separação distingue-se porquanto a sociedade da informação, pelo menos tendencialmente, não possui uma estrutura de classes sociais assentes naquela diferenciação funcional.

Por sua vez a remuneração do trabalho deixa de ser o sistema único de rendimento, com o desenvolvimento progressivo do rendimento da poupança individual ou familiar, como componente da acumulação capitalista.² A própria remuneração do trabalho deixa de ser exclusivamente baseada no salário, com o desenvolvimento das competências num contexto de economia do conhecimento, que abrem a porta à remuneração do capital humano (direitos de autor, salários privilegiados, capitalização individual) com prémios baseados no desempenho e iniciativa empreendedorísticos.

Quer dizer que a sociedade da informação apresenta um conjunto de inovações sociais que permitem novos desenvolvimentos institucionais.

O facto de ser um conceito de transição, ou ainda em formação, não significa no entanto que não nos encontremos perante uma novidade civilizacional.

Quando dissemos que a problemática é metodológica é justamente porque ainda nos encontramos na fase da detecção mais do que na fase da definição do objecto, faltando ainda os paradigmas que permitem organizar o campo teórico.

(1) Concorrência não-militar que levou ao desenvolvimento do correspondente conceito de segurança nacional não-militar.

(2) Já para não referir um conceito emergente do direito cívico a um rendimento mínimo.

5. CONCLUSÃO

A sociedade da informação parece estar a realizar os objectivos do *capitalismo sem frase*, com a globalização totalizante dos processos de acumulação do capital e uma proletarização operacional total.

Mas, ao mesmo tempo a sociedade da informação representa uma novidade histórica em relação à sociedade capitalista na sua acepção clássica, porquanto introduz nas *condições gerais de produção* uma prioridade da organização política sobre a divisão social assente no capital e no trabalho.

A sociedade da informação parece finalizar os objectivos capitalistas de acumulação e exploração do trabalho, e entrar numa nova idade que Marx chamou de *comunismo*¹ e Schumpeter de *socialismo*.

Para nos mantermos aquém da utopia poderíamos acrescentar que o mercado político começou a determinar os outros mercados e dizer que a sociedade contemporânea decorre de um invariante estrutural em que os paradigmas são a acumulação totalizante do capital e a exploração totalizante do trabalho humano, com configurações que se explicam pela circunstância/sobredeterminação política.

BIBLIOGRAFIA

- BERNARDO, J., «Para uma teoria do Modo de Produção Capitalista», Porto Afrontamento, 1975.
- CASTRO NEVES, A., «A indústria dos Conteúdos», Lisboa, *Gabinete de Estudos Económicos, Documentos de Trabalho, nº 49, Ministério da Economia*, 2003.
- GOODMAN, P., *Growing up in Absurd*, 1960.
- LEFORT, C., *Éléments d'une critique de la bureaucratie*, Genève, Droz, 1971.
- MARCUSE, H., *One Dimensional Man: studies in the ideology of advanced industrial society*, 1964.
- ROSECRANCE, R., *Virtual State*, New York, Basic Book, 1999.
- ROSECRANCE, R.; BADIE, B.; HASSNER, P.; SENARCHENS, P., *Débat Sur L'état Virtuel*, Paris, Presses de Sciences Po, 2002.
- SCHUMPETER, J., *Capitalism, Socialism and Democracy*, 1954.

(1) É mais uma ironia da história que Marx pareceu prever ao dizer que muitas vezes a história se escrevia pelo *lado mau!*